CARTA EDUCATIVA DE PESO DA RÉGUA

Agosto 2006

Anexos - Volume II

Elaborado por:

NEO Território
PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO LDA.

Anexo 1 – Análise do Investimento Aprovado

Análise Global – Investimento

No âmbito da análise do dinamismo empresarial, o estudo dos investimentos aprovados ao abrigo do 2º e 3º Quadro Comunitário de Apoio[1] fornece uma ferramenta útil para a quantificação e qualificação do dinamismo económico das regiões. Para tal, serão estudados os dados do 2º Quadro Comunitário de Apoio referentes ao Programa Estratégico de Dinamização da Indústria Portuguesa (PEDIP[2]) e de outros programas de apoio ao desenvolvimento industrial como sejam o SIR[3], o RIME[4], o ICPME[5], e o RETEX[6]. São ainda analisados os programas PROCOM[7] e o SIFIT[8], no âmbito do Comércio e Turismo respectivamente.

Os dados do 3º Quadro Comunitário de Apoio referentes ao Programa Operacional da Economia (POE[9]) contemplam os investimentos relacionados com os programas SIPIE[10] e SIME[11].

Ressalve-se que o estudo é referente a dados do Ministério da Economia de projectos aprovados e não corresponde a um estudo efectivo do investimento realizado no tecido produtivo, pois a disponibilidade de informação estatística é escassa. Considera-se contudo, que o padrão dos investimentos aprovados no âmbito das iniciativas comunitárias se aproxima do padrão dos investimentos realizados.

A figura II.3 demonstra existir um maior investimento nas faixas litorais do Centro e Norte, para além das principais áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Em todo o território nacional apenas 7 concelhos não foram abrangidos por investimentos aprovados neste âmbito (se não considerarmos os concelhos de Odivelas, Trofa e Vizela, de criação recente). Foram eles Freixo de Espada à Cinta, no Norte, Alvito, no Alentejo, e os concelhos açorianos de Corvo, Lajes das Flores, Lajes do Pico, Lagoa e Nordeste.

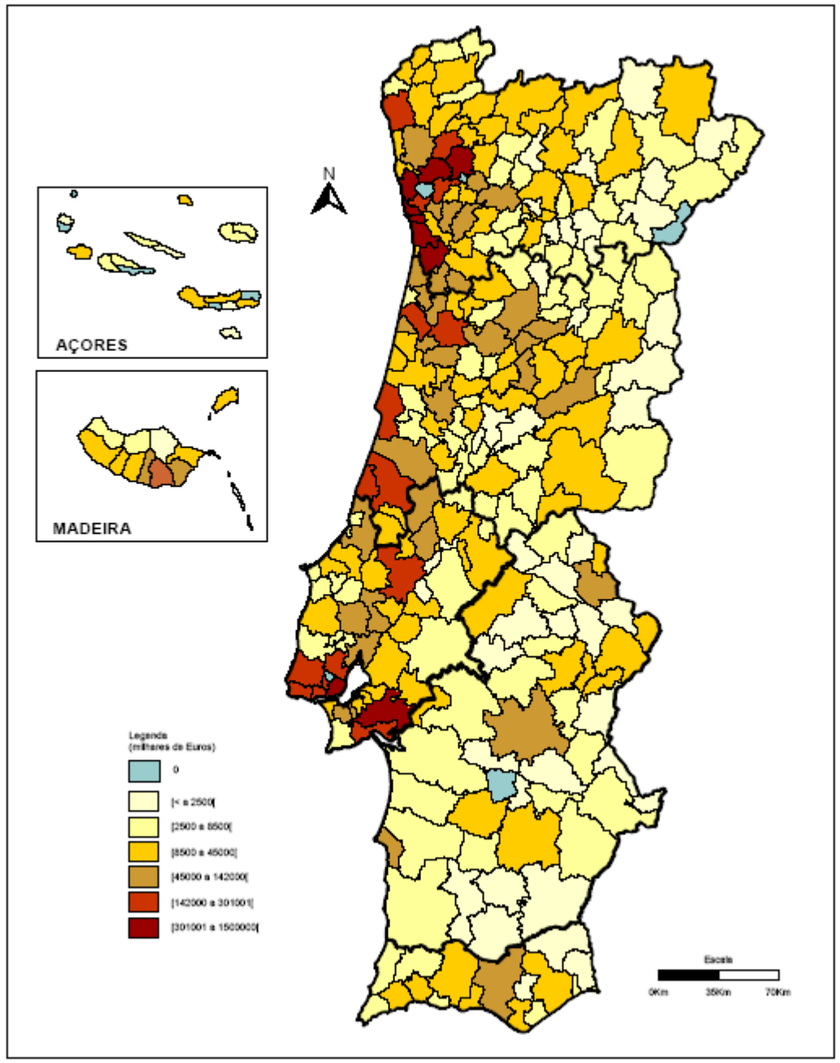
[1] De acordo com os dados do Ministério da Economia.
[2] Os dados do PEDIP são referentes ao intervalo 1994-1999.
[3] Sistema de Incentivos Regionais.
[4] Regime de Incentivos às Micro Empresas.
[5] Programa de Iniciativa Comunitária para Pequenas e Médias Empresas.
[6] Programa de Iniciativa Comunitária para Regiões Fortemente Dependentes do Sector Têxtil e Vestuário.
[7] Programa de Apoio à Modernização do Comércio.
[8] Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo.
[9] Os dados do POE são referentes aos projectos aprovados até Setembro de 2002.
[10] Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais.
[11] Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial.

O concelho de Palmela observou o maior volume de investimentos aprovados, o que derivou do facto de ter sido este concelho o que mais investimento aprovado absorveu do PEDIP entre 1994 e 1999. No extremo oposto, entre os concelhos com os mais baixos níveis de investimento aprovado no âmbito do QCA II, destaque para o Crato, Santana, Calheta (Açores), Alfândega da Fé e Gavião.

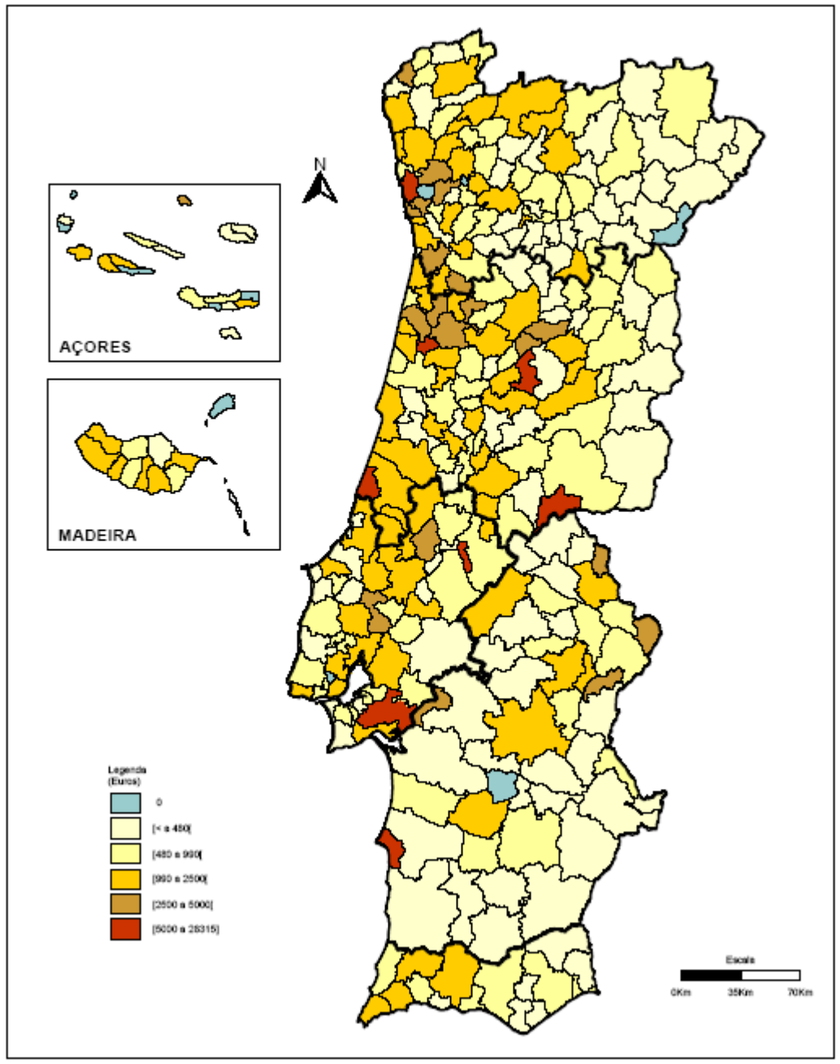
Apesar de em alguns Concelhos o investimento aprovado possa ser considerado avultado, como seja o caso da Marinha Grande, Aveiro e Figueira da Foz, entre outros, quando analisados estes investimento numa relação per capita, verifica-se que os investimentos aprovados são, na sua grande maioria, difusos. Mais uma vez, as faixas litorais são privilegiadas nos investimentos mas a maioria dos Concelhos, quer sejam do interior ou do litoral, não ultrapassam uma capitação de 1 500 Euros por habitante.

Foram 8 os concelhos que lideraram as capitações da agregação do PEDIP II e outros sistemas de incentivos. Palmela concentrou os maiores investimentos aprovados per capita; a uma longa distância deste concelho, surgiram os concelhos de Constância, Marinha Grande, Vila Velha de Ródão, Vila do Conde, Oliveira do Bairro, Sines e Oliveira do Hospital.

Investimento Aprovado do PEDIP e Outros Sistemas de Incentivos

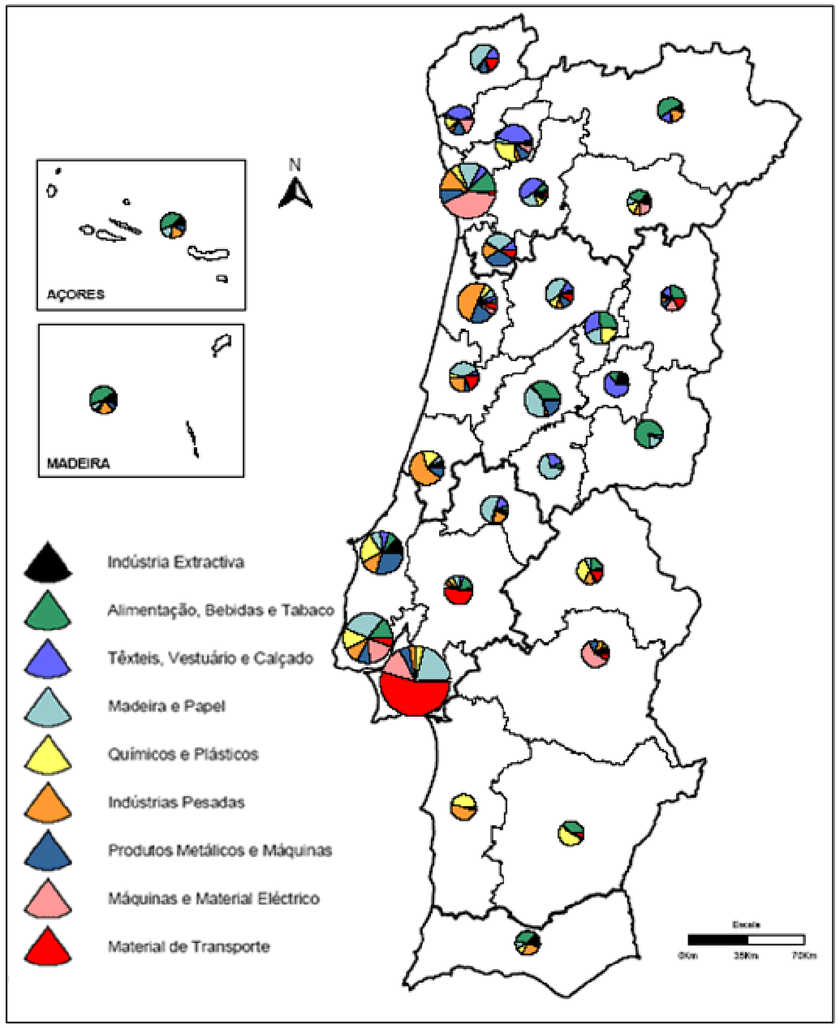


Capitação do Investimento Aprovado do PEDIP e Outros Sistemas de Incentivos

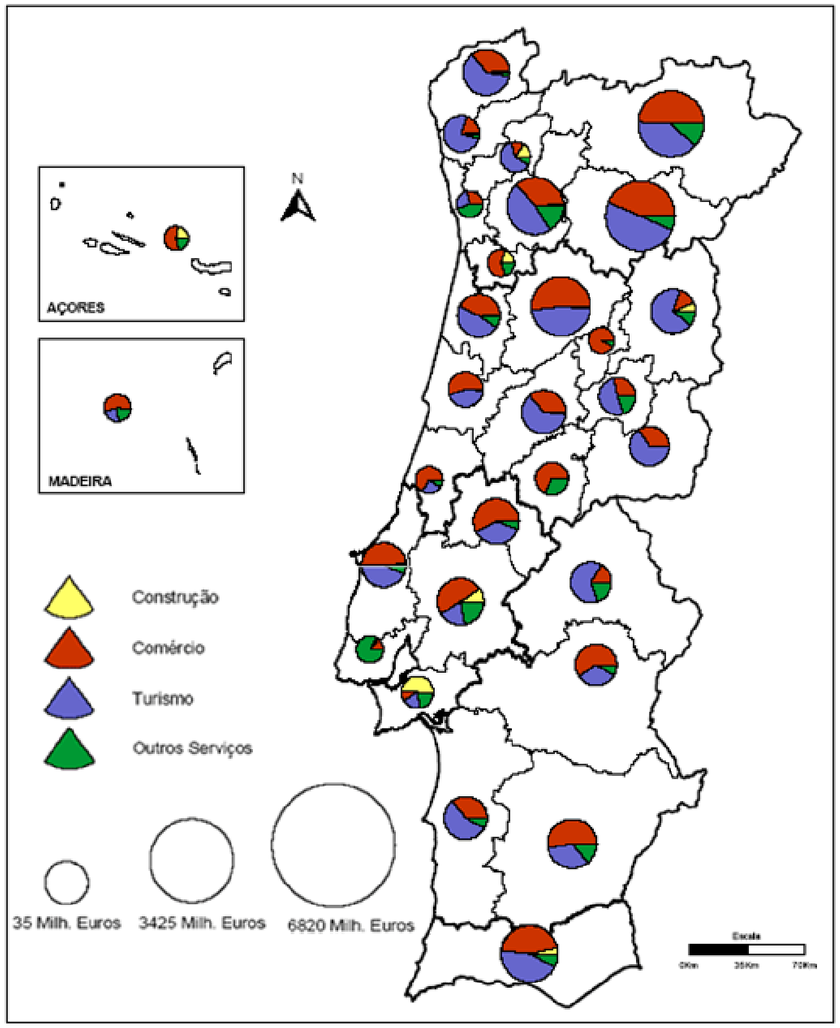


Fonte: Ministério da Economia e Ministério das Finanças

Investimentos Aprovados do PEDIP e Outros por Sector Industrial



Investimentos Aprovados do 2º QCA por Sector Não Industrial



Fonte: Ministério da Economia e Ministério das Finanças

Em termos dos sectores industriais (figura II.4) mais abrangidos pelos investimentos aprovados do PEDIP e de Outros Sistemas de Incentivos, destacam-se os sectores da madeira e do papel (sobretudo na região do Pinhal Interior Norte), do material de transporte (Península de Setúbal), das indústrias pesadas (Baixo Vouga) e das máquinas e material eléctrico (Grande Porto). A indústria extractiva continuou a ser o sector industrial que absorveu menor volume de investimento aprovado ao abrigo dos programas de apoio referidos.

Quando analisado em termos de sectores não industriais (figura II.4), o investimento aprovado vai em grande parte para o turismo e comércio, onde as regiões do interior Norte e Centro desempenharam um papel preponderante na distribuição do investimento aprovado. O maior investimento aprovado no Turismo registou-se na região do Douro (cerca de 9,9% do investimento aprovado nacional neste sector). Quanto ao Comércio, foi na região de Alto Trás-os-Montes que se concentrou a maioria dos investimentos aprovados neste sector (9,8% do investimento nacional aprovado neste sector). Os investimentos aprovados no âmbito do sector de Outros Serviços assumiram um papel importante na estrutura dos investimentos aprovados absorvidos pela região da Grande Lisboa: representam cerca de 81% dos investimentos totais aprovados em sectores não industriais dirigidos para esta região. Por último, o investimento aprovado no sector da Construção concentrou-se sobretudo nas regiões Península de Setúbal, Lezíria do Tejo e Beira Interior Norte (respectivamente, com cerca de 35%, 18% e 11% do investimento nacional aprovado dirigido a este sector). Nas demais regiões, os investimentos aprovados no âmbito deste sector não industrial foram pouco representativos ou mesmo nulos.

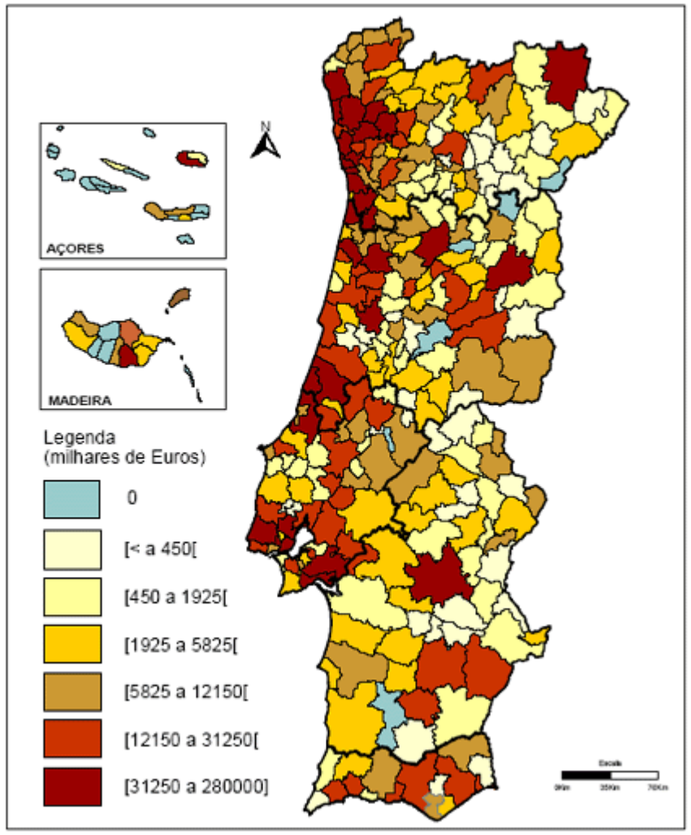
No contexto do 3º Quadro Comunitário de Apoio é visível uma grande concentração de investimentos aprovados na faixa litoral assim como alguns investimentos importantes em Concelhos mais interiores. No litoral, saliente-se a concentração de investimentos aprovados em três "manchas" de concelhos:

A faixa entre Viana do Castelo e Aveiro-Águeda, com destaque para concelhos como Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Porto e Braga;
Na região Centro, a faixa entre Leiria, Marinha Grande e Alcobaça;
A Área Metropolitana de Lisboa, com destaque na margem Norte para os concelhos de Sintra, Loures e Lisboa e, na margem Sul, para os concelhos de Palmela e Setúbal.

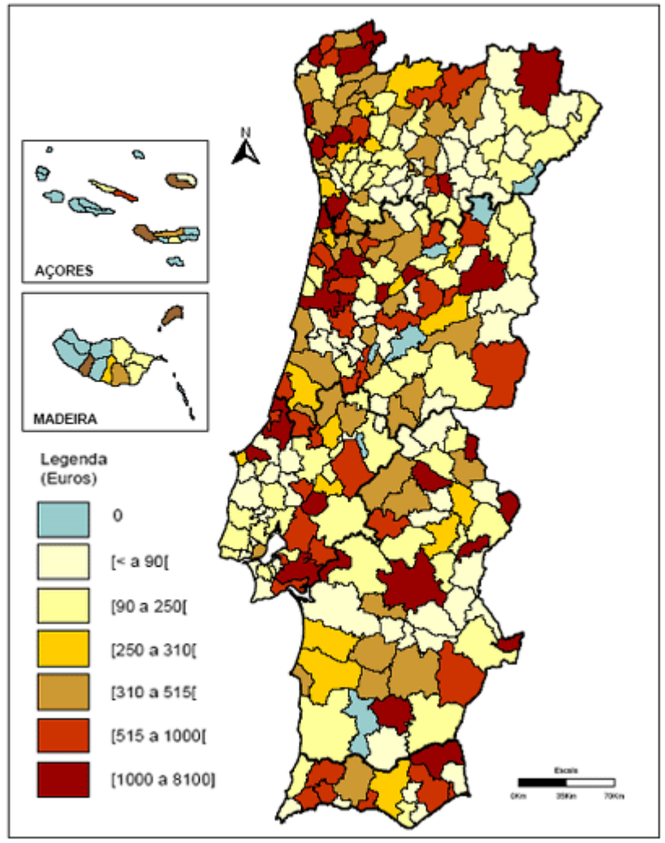
Em termos de NUT II são as regiões do Norte, Lisboa e Vale do Tejo e Centro que concentram os maiores volumes de investimento aprovado do POE.

Na análise do investimento por capitação, os valores mais elevados já não se concentram no litoral mas estendem-se a Concelhos do interior. De facto, a região Centro é a que apresenta uma maior concentração das capitações dos investimentos aprovados no POE, embora a característica dominante seja a disseminação dos investimentos pelo território nacional.

Investimentos Aprovados do POE

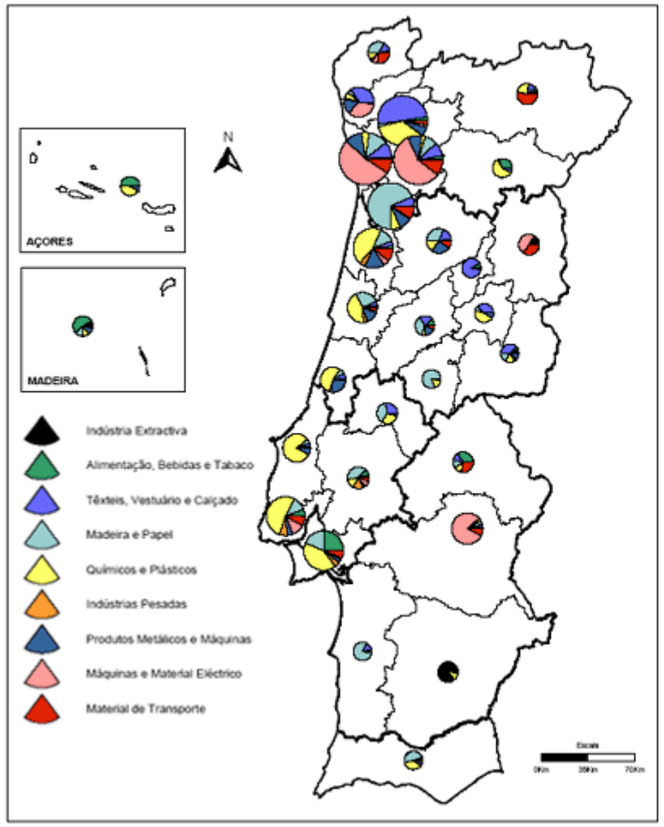


Capitação dos Investimentos Aprovados do POE

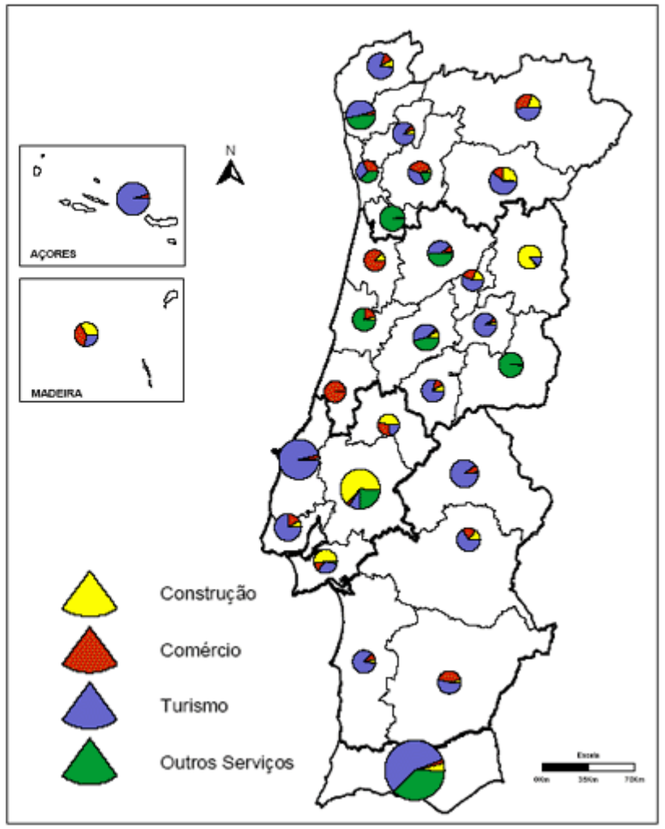


Fonte: Ministério da Economia e Ministério das Finanças

Investimentos Aprovados do POE por Sector Industrial



Investimentos Aprovados do POE por Sector não Industrial



Fonte: Ministério da Economia e Ministério das Finanças

No âmbito da indústria, o Grande Porto, Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga são as NUT III que concentram os maiores volumes de investimento aprovado do POE (no seu conjunto absorveram cerca de 34% do investimento aprovado do POE). Em termos dos sectores industriais que mais beneficiam dos investimentos aprovados do POE, destaque para os sectores dos químicos, borracha e plásticos (25,0% dos investimentos totais aprovados na indústria), das máquinas e material eléctrico (20,3%), da madeira e papel (17,3%) e dos têxteis, vestuário e calçado (12,6%). Os sectores da indústria extractiva e das indústrias pesadas destacam-se com os mais baixos investimentos aprovados do POE (respectivamente 1,2% e 1,7% dos investimentos aprovados do POE).

Nos investimentos do POE das actividades não industriais, são os sectores do Turismo e Outros Serviços que mais absorvem investimentos aprovados do POE (estes dois sectores absorvem, respectivamente, 5,6% e 2,3% do total do investimento aprovado do POE). As regiões Algarve, Oeste e Região Autónoma dos Açores representam mais de metade dos investimentos aprovados no âmbito do Turismo (estas regiões assumem mesmo um peso respectivo de 24,0%, 20,1% e 12,0% do investimento total aprovado neste sector).

No que respeita aos Outros Serviços, é mais uma vez o Algarve que se destaca com os maiores investimentos aprovados (cerca de 39% do investimento nacional aprovado neste sector e de 36% do investimento aprovado direccionado para a região). Refira-se ainda o caso da região Beira Interior Sul que se destaca pelo forte peso do sector de Outros Serviços nos investimentos regionais aprovados (representa cerca de 67% dos investimentos aprovados do POE na região). Os sectores não industriais Construção e Comércio apresentam valores de investimento aprovado mais baixos (respectivamente 1,4% e 0,7% do investimento aprovado do POE), apesar de assumirem relevância em algumas regiões (por exemplo, o sector da Construção representa cerca de 29,0% do investimento absorvido pela região Lezíria do Tejo; esta região concentra mesmo cerca de metade do investimento aprovado do POE dirigido para o sector de Construção a nível nacional).

Considerando globalmente os investimentos aprovados ao abrigo do 2º e 3º Quadro Comunitário de Apoio, na região Norte destaca-se a Área Metropolitana do Porto e toda a área envolvente, com importantes extensões do maior dinamismo de investimentos até ao triângulo Arcos de Valdevez, Vila Real e Chaves.

Na região Centro salientam-se os concelhos envolventes a Aveiro e Guarda, os eixos Figueira da Foz, Cantanhede, Coimbra, Águeda e Viseu, e Viseu, Covilhã e Castelo Branco, além da área preenchida pela Marinha Grande, Leiria e Porto de Mós.

Em torno da aglomeração de Lisboa desenha-se um padrão semelhante ao registado na Área Metropolitana do Porto: extensões importantes da maior dinâmica de investimentos para territórios de proximidade (para Norte, até Alenquer, Almeirim, Torres Novas e Tomar, e para Sul, abarcando toda a Península de Setúbal).

No Alentejo e no Algarve são importantes os eixos de maior dinâmica de investimentos que atravessam longitudinalmente os territórios regionais, aproveitando as principais vias de comunicação que os ligam a Espanha (nomeadamente o IP 8 e a EN 125). Refiram-se, para a primeira região, os eixos Ponte de Sôr, Avis, Estremoz, Elvas, Sines, Santiago do Cacém, Beja e Serpa, e embora menos extenso, o eixo Vendas Novas e Évora; na região algarvia, destaque para o eixo Lagos, Loulé e Vila Real de Santo António.

Anexo 2 – Quocientes de Localização

NUT III	Ind. Extractiva	Ind. Alimentação Bebidas e Tabaco	Ind. Têxteis, Vestuário e Calçado	Ind. Madeira e Papel	Ind. Químicos, Borracha e Plásticos	Ind. Pesadas	Ind. Produtos metálicos e máquinas	Ind. Máquinas e material eléctrico	Ind. Material de Transporte
Minho-Lima	1,84	1,06	1,10	1,18	0,86	0,42	0,80	2,15	2,30
Cávado	1,03	0,51	2,82	0,66	0,84	1,19	1,09	2,01	0,21
Ave	0,44	0,72	4,73	0,53	0,49	0,76	1,04	1,89	0,09
Grande Porto	0,20	0,81	1,02	1,08	0,67	1,44	1,16	1,18	1,16
Tâmega	2,96	0,72	2,87	3,00	0,63	0,17	0,64	0,21	0,08
Entre Douro e Vouga	0,36	0,93	2,62	3,04	0,99	1,91	2,47	0,12	1,69
Douro	2,03	2,13	0,12	0,41	0,50	0,04	0,47	0,48	0,10
Alto Tras-os-Montes	5,85	1,97	0,20	0,37	1,03	0,12	0,58	0,06	0,05
Baixo Vouga	0,63	1,13	0,53	1,33	3,36	2,75	2,77	1,83	4,30
Baixo Mondego	0,88	1,63	0,45	0,97	1,65	0,30	0,67	0,50	1,10
Pinhal Litoral	2,22	0,72	0,36	1,18	4,92	0,92	2,20	0,39	0,09
Pinhal Interior Norte	0,51	1,05	1,68	1,72	1,39	0,30	0,72	0,72	0,08
Dão-Lafões	1,76	1,45	0,69	1,36	1,09	0,38	1,23	0,09	2,12
Pinhal Interior Sul	0,26	1,75	0,50	3,18	0,61	0,07	0,77	0,01	0,47
Serra da Estrela	0,71	1,46	2,82	0,54	0,23	0,07	0,59	0,00	0,01
Beira Interior Norte	1,65	1,68	1,24	0,38	0,54	0,10	0,43	5,16	0,97
Beira Interior Sul	0,19	1,35	1,12	0,79	0,47	0,01	0,84	5,12	0,06
Cova da Beira	2,21	0,74	3,40	0,49	0,43	0,03	0,53	0,03	0,00
Oeste	1,64	2,32	0,23	1,01	3,00	0,43	1,46	0,46	0,48
Grande Lisboa	0,16	0,57	0,09	0,67	0,64	0,76	0,62	0,96	0,30
P. Setúbal	0,55	0,98	0,19	0,68	0,58	2,71	1,12	1,78	4,35
Médio Tejo	0,53	1,50	0,70	1,70	1,11	1,35	0,86	0,14	2,03
Lezíria do Tejo	2,06	2,67	0,17	0,93	1,00	0,27	0,89	0,16	3,02
Alentejo Litoral	0,81	1,28	0,02	0,52	0,14	10,65	0,65	0,01	1,24
Alto Alentejo	1,61	2,41	0,36	0,53	1,02	0,11	0,21	0,26	1,47
Alentejo Central	8,28	1,46	0,16	0,49	1,07	0,33	0,82	2,39	0,82
Baixo Alentejo	11,00	1,74	0,02	0,17	0,18	0,12	0,38	0,01	0,05
Algarve	0,99	0,74	0,01	0,33	0,33	0,03	0,35	0,05	0,10
Açores	1,40	3,03	0,05	0,50	0,36	0,06	0,30	0,02	0,09
Madeira	0,60	1,05	0,09	0,45	0,29	0,11	0,59	0,09	0,01
Total	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**

Anexo 3 – Explanação dos Cenários da Análise Diacrónica

As variáveis relacionadas com os actores da globalização possuem hipóteses distintas de evolução:
Aliança Pacífica:
Reforço do Conjunto Estados Unidos da América / Japão;
Crise generalizada no Pacífico;
Distanciamento do Japão face aos membros do Pacífico;
Europa:
Triunfo da globalização;
Reordenamento do continente Europeu;
Desintegração das instituições Europeias.

Cenários do Pacífico

Reforço do Conjunto EUA / Japão

Recuperação bolsista nos EUA no início do período; queda do dólar travada pela política monetária expansionista no Japão e na Europa; retoma do investimento transversal nas tecnologias da informação; relançamento do investimento em telecomunicações com base nas novas tecnologias do acesso local *wireless;*

Crescente integração das economias dos EUA e Japão após uma grave crise financeira no Japão, abrindo espaço para uma colocação massiva das poupanças japonesas em activos privados americanos, em vez da sua utilização privilegiada na
sustentação do crescimento da dívida pública do Japão;

Prosseguimento do crescimento e das reformas económicas na China com destaque para a reforma dos bancos, a consolidação de um sistema financeiro centrado no mercado de capitais e a criação de um pilar em capitalização no sistema de pensões de forte crescimento, sempre em contexto internacional pacífico;

Forte crescimento da Índia e da Rússia;

Intenso envolvimento das empresas dos EUA e do Japão no crescimento económico da China e do resto da Ásia;

Regulação do preço do petróleo entre uma OPEP enfraquecida e a Rússia; acordo estratégico na área do abastecimento energético entre a Rússia, os EUA e o Japão.

Crises Generalizada no Pacífico

Queda prolongada da Bolsa nos EUA, levando a uma acentuada contracção do consumo das famílias e a uma mais demorada reabsorção dos excessos de endividamento por parte das empresas; nova recessão no início do período e fase subsequente de crescimento lento; queda acentuada do dólar, desincentiva ainda mais as colocações de capitais nos EUA;

Crise prolongada da economia japonesa, agravada pelo impacto negativo de uma crise bancária de grandes proporções ocorrida pouco depois do início do programa de liquidação do crédito mal parado; retracção do investimento de carteira em direcção aos EUA e utilização das poupanças das famílias (ela própria em redução devido do envelhecimento da população) para financiamento do défice público japonês;

Atraso na transformação económica da China por recuo político nas reformas, devido à incapacidade de desenvolver as zonas de predominância rural e de gerir as consequências sociais da reorganização do sector empresarial do Estado;

Crise da OPEP, sem sucedâneo na regulação do preço de petróleo; tendência ao regionalismo no abastecimento energético.

Distanciamento do Japão face aos Membros do Pacífico

Recuperação bolsista nos EUA no início do período, reforçando a atractividade dos activos financeiros americanos a nível mundial; queda do dólar travada pela política monetária expansionista no Japão e na Europa; retoma do investimento transversal nas tecnologias da informação; contracção do consumo das famílias com impacto principal no sector dos bens transaccionáveis, mais do que nos serviços, traduzindo-se numa melhoria substancial na balança corrente sem afectar tanto o emprego;

Operação de salvamento dos bancos no Japão financiado pela emissão de dívida pública e envolvendo forte destruição de capital nas indústrias excedentárias em capacidade ligadas à

"terra" e ao "aço"; impacto inicial negativo no nível de actividade, seguido por um novo crescimento assente nas indústrias e serviços de alta tecnologia, que lideraram a internacionalização; retracção do investimento de carteira em direcção aos EUA e à Europa devido a utilização das poupanças das famílias no financiamento do défice público japonês;

Prosseguimento do crescimento e das reformas económicas na China com destaque para a reforma dos bancos, a consolidação de um sistema financeiro centrado no mercado de capitais e a criação de um pilar em capitalização no sistema de pensões de forte crescimento;

Regulação do preço do petróleo entre uma OPEP enfraquecida e a Rússia; acordo estratégico na área do abastecimento energético entre a Rússia, os EUA e a Europa.

Cenários da Europa

Triunfo da Globalização

A Alemanha, após uma série de reformas estruturais, que se aceleraram a seguir a crises no seu sector bancário e nalgumas das suas maiores empresas, recuperou alguma dinâmica de crescimento;

Num contexto de avanço de reformas estruturais nos países centrais da UEM (não só Alemanha, mas também França e Itália) o Reino Unido mais convencido da sustentabilidade do projecto aderiu à zona euro;

O ganho de confiança decorrente do êxito das referidas reformas e da adesão do Reino Unido à UEM facilitou a obtenção de um consenso alargado para flexibilizar os critérios do PEC; mas uma coligação Reino Unido/Holanda/Alemanha/Nórdicos travou o crescimento do orçamento da uma UE alargada;

A criação de um mercado de capitais integrado a nível europeu facilitara a evolução dos sistemas financeiros no sentido da predominância dos mercados; as reformas estruturais criaram um forte sector europeu de fundos de pensões e viram outros investidores institucionais, principais contribuintes líquidos, aceitar a expansão do orçamento comunitário no que toca às políticas tradicionais.

Desintegração das Instituições Europeias

A Alemanha vê a sua economia transformar-se num dos maiores obstáculos ao crescimento europeu e é abandonada como local de produção por várias das suas multinacionais;

Num contexto marcado pelo fraco potencial endógeno de crescimento da Europa foi politicamente impossível levar a cabo reformas estruturais destinadas a repartir os custos do envelhecimento entre o Estado e as famílias nos países centrais da UEM, agravando a diferença de performance orçamental entre o Reino Unido, Holanda e países escandinavos e o núcleo duro da UEM (a qual o Reino Unido não quisera integrar no início da década);

Sucessivos conflitos em torno do cumprimento do PEC e o desentendimento persistente entre Alemanha e França, culpando-se mutuamente pelo desaire do Euro nos mercados de câmbios, abriram em meados da década uma grave crise na UEM.

Reordenamento do Continente Europeu

Alemanha e França desistem das tentativas de hibridação dos seus modelos de capitalismo com o modelo anglo-saxónico, reduzindo-se o âmbito das reformas estruturais e crescendo as pressões num sentido de uma maior integração proteccionista;

Num contexto marcado pela recusa do Reino Unido em integrar a UEM e pela impossibilidade política de levar a cabo reformas estruturais convergentes na zona Euro, agudizaram-se as tensões em torno das políticas orçamentais nacionais. Perante este panorama, que reduzia a credibilidade do Euro nos mercados e punha em causa a UEM na sua configuração inicial, França e Alemanha decidiram avançar para uma maior integração, movimento em que só foram acompanhados por um pequeno grupo de EM's;

A imperiosa necessidade de conter as despesas orçamentais nacionais levou, no entanto, a uma recusa franco–alemã em aumentar o orçamento comunitário, desencadeando uma série de tensões com os Estados beneficiários líquidos das políticas comuns tradicionais (PAC e Política Regional).

Combinando as diversas hipóteses de evolução das variáveis incertas resultam os seguintes cenários prospectivos:
Domínio do Atlântico, em resultado do falhanço do Japão em accionar a sua retoma económica e do sucesso da União Europeia como potência mundial;
Convergência Global, em resultado de uma forte parceria entre as economias do Japão e dos Estados Unidos da América, e do sucesso relativo da União Europeia como potência mundial;
Fracasso da Globalização, como consequência da incapacidade dos Estados Unidos e Japão iniciarem a sua retoma económica e da ineficiência económica e incapacidade política dentro da União Europeia para se constituir numa potência mundial;
Domínio do Pacífico, conjugando a forte parceria entre os Estados Unidos e o Japão e a desintegração das instituições Europeias face à fragmentação e distanciamento político dos Estados Membros.

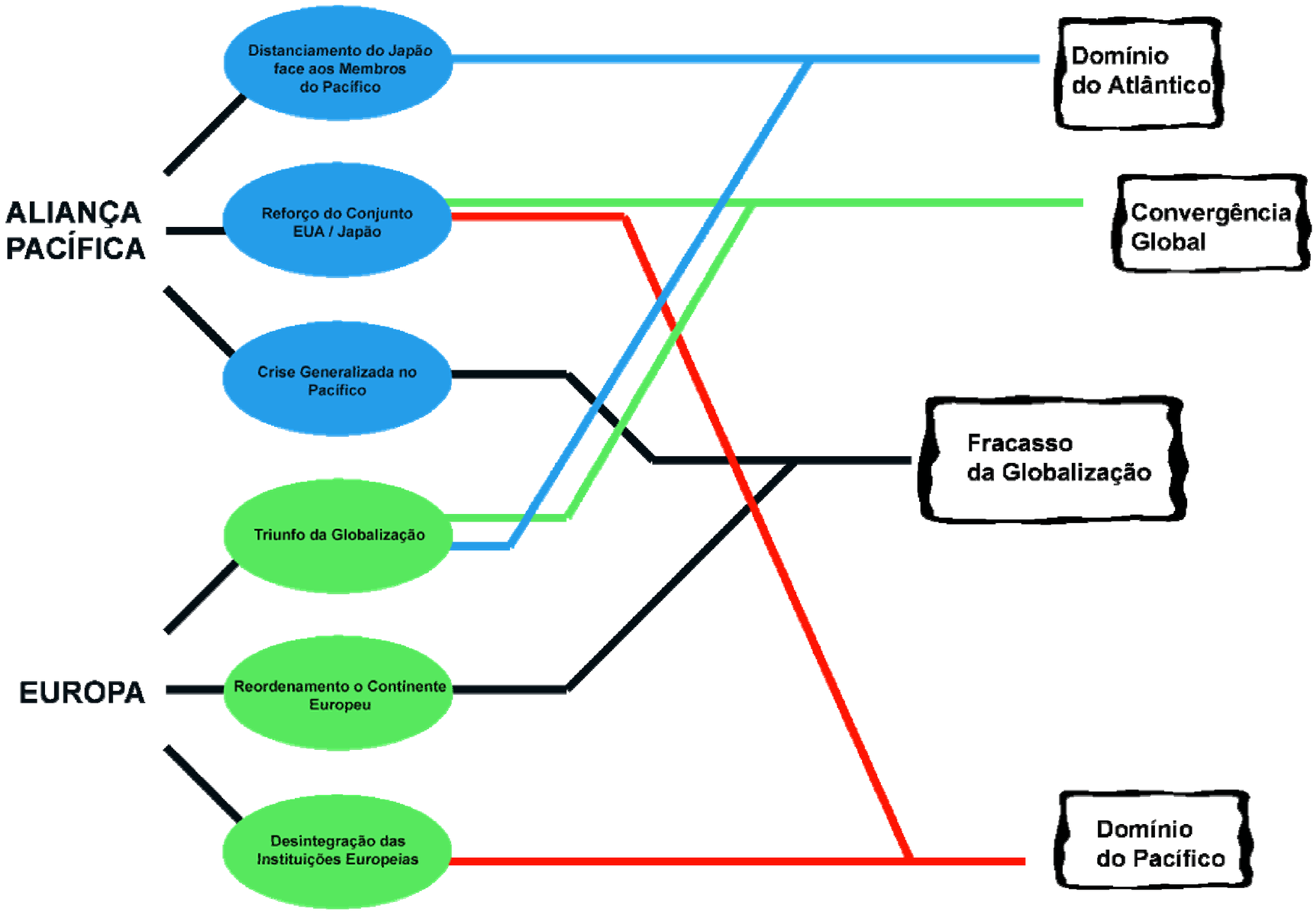
A dinâmica política que se tem vindo a observar no seio da União Europeia evidencia uma clara intenção de adoptar novos sistemas organizativos para responder às exigências competitivas do mercado global. A Constituição Europeia e sua ratificação, é um passo determinante para uma afirmação de intenções dos Estados Membros e para a consolidação de uma nova estrutura Europeia. Considerando como altamente provável esta materialização, os cenários prospectivos que contemplem a desintegração das instituições Europeias não parecem verosímeis.

Assim, no que concerne directamente a Portugal, os cenários prospectivos podem ser resumidos da seguinte forma:
Cenário de Convergência Global;
Cenário de Fracasso da Globalização;
Cenário de Domínio Atlântico.

Exploração dos Cenários – Convergência Global

No cenário de Convergência Global, depois de um período de crise generalizada, assume a recuperação dos mercados de capitais financeiros dos Estados Unidos e a retoma do investimento nas tecnologias de informação e transmissão de dados. A economia Japonesa depois de um longo período de crise reuniu grandes volumes financeiros em fundos de poupança e aplica-os em activos privados americanos, ao invés da sua utilização para o aumento da despesa pública (forma tradicional de combate à crise), integrando cada vez mais as duas economias.

O crescimento económico e as reformas institucionais na China adquirem contornos de um modelo financeiro centrado nos mercados de capitais, ao mesmo que tempo que o seu sistema de pensões é capitalizado em economias do Pacífico (Estados Unidos e/ou Japão). As empresas americanas e japonesas participam activamente na economia da China, reforçando as suas interligações. Observa-se um crescimento significativo da Índia e da Rússia e, paralelamente, a OPEP vê a sua importância reduzida não só pelo intervenções militares americanas e israelitas no Médio Oriente mas também pelo forte desenvolvimento da Rússia no campo energético. O enfraquecimento da OPEP e o fortalecimento da Rússia culmina num acordo energético entre Estados Unidos, Japão e Rússia.



Fonte: Adaptado de Departamento de Planeamento e Prospectiva

Na Europa, a economia alemã depois de algumas reformas estruturais retomou o seu crescimento. A França e a Itália, convencidas com o ressurgimento do dinamismo alemão encetam as suas próprias reformas fortalecendo a União Europeia. O Reino Unido, mais seguro da sustentabilidade do novo modelo de desenvolvimento Europeu adere à moeda única e flexibiliza os critérios do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Contudo, uma coligação comercial dos países orientados para o Atlântico (Reino Unido, Holanda, Países Nórdicos) travou o crescimento do orçamento Europeu. Em resultado da convergência de reformas estruturais dos países centrais da União Europeia, havia sido criado um mercado de capitais interno facilitando a evolução dos sistemas financeiros, criando também um forte sector de fundo de pensões.

O cenário de Convergência Global pressupõe a continuidade da atitude de liderança dos Estados Unidos no fenómeno da globalização, cabendo à União Europeia um lugar de pequeno competidor, pois o controlo do mercado energético encontra-se no domínio das economias do Pacífico.

No contexto português, a internacionalização da economia nacional segue a tendência pesada da ligação com as economias emergentes da América Latina, em particular do Brasil, uma vez que sectores infraestruturais da economia portuguesa haviam adquirido forte presença nesses territórios. Esta situação consolida a ligação a Espanha uma vez que é neste Estado Membro que se situam os potenciais aliados/compradores de bancos portugueses e empresas do mesmo sector.

Os acontecimentos globais e o alinhamento da União Europeia (numa posição menos vantajosa) com as economias do Pacífico, obrigou Portugal a profundas reformas estruturais. Passa a adoptar um modelo de capitalismo anglo-saxónico que se caracteriza por um sistema financeiro fortemente internacionalizado e digitalizado, organizado em função dos mercados de capitais onde os investidores institucionais passam a desempenhar um papel fundamental. O sistema de pensões é reorganizado para a capitalização privada e para a criação de atractividade. Existe uma forte competição nos sectores económicos considerados infraestruturais e promove-se a instalação e atracção de operadores internacionais de capitais de risco.

No aspecto social, e em consequência da adopção de um modelo capitalista mais agressivo, é abandonada a figura do contrato colectivo, fornecendo à economia de mercado grande flexibilidade no âmbito do emprego. O sistema de ensino descentralizado adopta uma forte privatização e o factor concorrencial ganha extrema preponderância, no entanto, a atribuição de

certificações continua no poder Estatal. O sistema de saúde passa a basear-se nos capitais privados, passando a ser obrigatória a subscrição de seguros de saúde universais.

O Estado possui um comportamento ágil, onde a influência exercida pelas corporações é esbatida pelo desenvolvimento de formas de competição entre estas, e onde as influências dos interesses regionais são moderadas em virtude da manutenção da gestão dos incentivos ao investimento privado e do controlo da Administração Central sobre o investimento público. Os *lobbies* sectoriais exercem pressões moderadas face aos mecanismos estatais de protecção social face ao desemprego estrutural.

O investimento internacional advém maioritariamente dos Estados Unidos da América, dos países asiáticos e do Norte da Europa, e tem como destino preferencial os países Europeus e os próprios Estados Unidos. No interior da União Europeia, Portugal passa a privilegiar as ligações com os países do Benelux, associando-se fortemente à Holanda passando a ter preponderância na frente Atlântica e na frente Continental Europeia.

Em resultado das profundas reformas estruturais portuguesas, a economia nacional neste cenário passaria a estar dotada de forte dinamismo e diferenciação nos sectores industriais e de serviços onde ganhariam importância:

- Indústria aeronáutica, automóvel e engenharia oceânica, esta última ligada ao apoio de actividades de exploração petrolífera;
- Lazer e Turismo, com base na atracção maciça da 3ª idade europeia e no desenvolvimento das tecnologias de produção de audiovisual e multimédia;
- Saúde, pelo desenvolvimento da produção de consumíveis e de equipamento hospitalar e médico, e na prestação de serviços de saúde e recuperação;
- Equipamento e software para a indústria das telecomunicações, com destaque para as soluções *wireless* e transmissão de dados com base na fotónica;
- Serviços Web para clientes externos.

As grandes especializações regionais passariam a ser as seguintes:

- Crescente diferenciação dos tecidos económicos do Noroeste de Portugal e da Galiza; assim a norte do Douro poder-se iam desenvolver o Têxtil (moda e têxteis técnicos), as Indústrias da Saúde (inicialmente centrado nos consumíveis hospitalares e na engenharia biomédica); as Indústrias da Informação e Comunicação, com uma forte componente de electrónica profissional e de produção *software*/multimédia; e as indústrias de novos

materiais para o fabrico de componentes para as indústrias automóvel e aeronáutica (nomeadamente plásticos técnicos e materiais compósitos), etc.;

- Localização na região Centro de uma segunda base de produção do "*cluster*" Automóvel, organizada em torno de conceito de "*city car*", em Aveiro/Entre Douro e Vouga; desenvolvimento das indústrias da Informação e Comunicação em torno das Telecomunicações e das aplicações da computação gráfica/simulação; emergência das Indústrias e serviços de Saúde; renovação das Indústrias Florestais em torno da produção de celulose mais articulada com o sector têxtil, graças à instalação de um produtor europeu de fibras celulósicas de nova geração, etc.;
- Viragem pronunciada para os mercados externos da Região de Lisboa e Vale do Tejo em torno de áreas de especialização internacional como Audiovisual/Conteúdos; Saúde (biotecnologia e química fina); Serviços às Empresas (em torno da atracção das universidades de empresas europeias), Turismo, e consolidação de dois pólos em torno do agro-alimentar e da engenharia pesada (automóvel e engenharia oceânica, em torno de Setúbal);
- Desenvolvimento do Alentejo assente em dois pólos – as indústrias e serviços aeronáuticos e espaciais e o lazer, com uma produção agro-alimentar de especialidades, dinamizada por agricultores do Norte da Europa;
- Formação de uma contínuo entre Lisboa, Alentejo e Algarve, vocacionado para residência a tempo parcial da população sénior europeia e investimento maciço na reconversão paisagística do Algarve.

<u>Exploração dos Cenários – Fracasso da Globalização</u>

A incapacidade dos Estados Unidos em iniciar a sua recuperação económica conduz a uma nova retracção no consumo e a novo período de crise económica, penalizando bastante a cotação do dólar e desincentivando a colocação de capitais no país. No Japão, a crise económica é agravada por uma crise bancária, e face ao estado da economia Americana, os fundos de poupanças das famílias japonesas são aplicados para o aumento da despesa pública para tentar travar a crise.

Paralelamente, as reformas na China não são concretizadas devido à incapacidade do regime e das estruturas em desenvolver o interior e gerir as reformas sociais. A crise alarga-se à OPEP e os acordos energéticos tendem a adoptar um carácter regional.

Na Europa, Alemanha e França abandonam os seus esforços de compatibilização com o sistema capitalista anglo-saxónico, reduzindo as reformas estruturais e aumentando as pressões proteccionistas. O Reino Unido confrontado com o fracasso das reformas estruturais na Europa Continental renuncia à entrada na união monetária, lançando o Euro para a crise generalizada. França e Alemanha tentam a reorganização da União Europeia sendo acompanhados por alguns Estados Membros, contudo o período de crise e a necessidade de conter as despesas nacionais impedem o aumento do orçamento comunitário, agudizando as tensões entre os Estados Membros beneficiários de programas de desenvolvimento.

O recuo na globalização lança as economias emergentes da América Latina também para crise, entre elas a economia brasileira. Com um dos principais focos da internacionalização da economia portuguesa em crise, as empresas dos sectores infraestruturais e bancário de Portugal sofrem sérios revés nas suas estratégias e são obrigadas a retirarem-se das suas participações em empresas brasileiras. Esta medida com repercussões graves no tecido económico nacional força ainda a Espanha a negar financiamento aos bancos portugueses. Ao mesmo tempo, o Banco Central Europeu limita as operações de salvamento ao sector bancário Português, deixando as instituições Portuguesas num beco sem saída.

Neste cenário, as reformas estruturais levadas a cabo são reduzidas ou mesmo inexistentes. Adopta-se o tradicional modelo de capitalismo Euro-continental com um sistema financeiro baseado na intermediação bancária e com um fraco mercado de capitais nacional. O sistema de pensões continua a ter um pendor eminentemente público com pequenos complementos de capitalização privada. A capacidade para apoiar projectos de risco com grande componente inovadora é assim reduzida e os sectores infraestruturais da economia e o sector bancário são vistos como fundamentais para a pequena internacionalização da economia.

No campo social, o Estado adopta uma posição protectora, onde a flexibilização do trabalho é conseguida através da polivalência funcional e na gestão do tempo de trabalho, dando pequena margem para o despedimento. Continua a dominar o sistema de ensino básico e secundário com uma filosofia de fraca competitividade interna. O sistema nacional de saúde incorpora alguns elementos de gestão privada para tentar obter uma maior racionalidade nos cuidados de saúde.

As corporações têm forte influência sobre o Estado pelo seu grande peso nos serviços básicos (ensino e saúde) e os interesses regionais exercem forte influência sobre a administração central devido à grande descentralização de funções. Os *lobbies* sectoriais utilizam o desemprego estrutural como arma de pressão contra o Estado, ficando este numa posição de refém.

Os grandes investidores internacionais provêm da Alemanha, França e Espanha, sendo o seu investimento canalizado para as economias da América Latina. Portugal evidencia fortes ligações à Espanha, França e Itália.

Neste cenário, a internacionalização da economia portuguesa é seriamente comprometida, dominando o fraco dinamismo e diferenciação nas actividades de especialização:

- Turismo assume-se como o sector mais dinâmico e diversificar-se-ia em termos de oferta territorial e competitividade interna;
- O sector automóvel reforçaria a integração com a Espanha centrando-se nos componentes e com fraco papel das actividades de integração, com perdas substanciais de emprego nas actividades mais vulneráveis;
- O têxtil/vestuário/calçado veria substancialmente reduzida a sua dimensão industrial: sobreviveriam as empresas que assegurassem uma subcontratação de alta qualidade e as que criassem marcas e canais de distribuição no exterior, deslocalizando parte da produção para fora do país;
- Assistir-se-ia a pequenos/médios investimentos, dispersos, no material eléctrico e electrónica;
- Assistir-se ia a uma explosão de serviços às empresas para o mercado externo por via da *Internet*;

As especializações regionais seriam:

- Fusão crescente das actividades entre o Noroeste de Portugal e a Galiza no sector automóvel, indústrias florestais, têxtil, siderurgia e refinação de petróleos;
- Região de Lisboa e Vale do Tejo desenvolvida em torno dos serviços financeiros e às empresas, permanecendo orientadas para o mercado doméstico; forte crescimento das actividades turísticas, incapacidade de enraizar um forte sector "*Software*"/serviços informáticos/conteúdos, por insuficiente disponibilidade de recursos humanos e fuga dos existentes para outros países europeus, entre os quais a Espanha;
- Fusão crescente das actividades entre o Alentejo e a Espanha associada ao dinamismo da produção agro-alimentar com base nas novas áreas do regadio do empreendimento de Alqueva, dirigida no essencial por empresários espanhóis;
- Prosseguimento da orientação do Algarve para o turismo de massa dirigido às camadas menos abastadas da Europa ocidental e às camadas médias do leste europeu, em paralelo com um número reduzido de *ilhas de qualidade* estruturadas em torno do golfe.

Exploração dos Cenários – Domínio Atlântico

A recuperação económica dos Estados Unidos e do seu mercado de capitais induzem confiança nos activos financeiros Americanos. Dá-se a retoma do investimento nas tecnologias da informação e nas tecnologias de transmissão de dados. No Japão, o sector bancário e o seu grande crédito mal parado são salvos pelo aumento da dívida pública e destruição de capital nas indústrias ligadas à terra e ao aço. A médio prazo dá-se o reinício do crescimento com base nas indústrias de alta tecnologia, mas o investimento dos fundos de poupança em activos financeiros são retraídos pela sua utilização no aumento da despesa pública.

As reformas na China prosseguem a bom ritmo, passando a incorporar um sistema financeiro baseado no mercado de capitais e na capitalização dos fundos de pensões. A OPEP enfraquecida com as políticas externas militaristas americanas, nomeadamente a destruição do regime iraquiano e as convulsões no Médio Oriente, forçam-na a procurar acordos estratégicos com a Rússia, sendo posteriormente acordado o fornecimento energético entre os Estados Unidos, a Europa e a Rússia.

Na Europa, a economia alemã depois de algumas reformas estruturais retomou o seu crescimento. A França e a Itália, convencidas com o ressurgimento do dinamismo alemão encetam as suas próprias reformas fortalecendo a União Europeia. O Reino Unido, mais seguro da sustentabilidade do novo modelo de desenvolvimento Europeu adere à moeda única e flexibiliza os critérios do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Contudo, uma coligação comercial dos países orientados para o Atlântico (Reino Unido, Holanda, Países Nórdicos) travou o crescimento do orçamento Europeu. Em resultado da convergência de reformas estruturais dos países centrais da União Europeia, havia sido criado um mercado de capitais interno facilitando a evolução dos sistemas financeiros, criando também um forte sector de fundo de pensões.

O modelo capitalista adoptado seria inevitavelmente uma composição híbrida entre o anglo-saxónico e o euro-continental, com uma forte intermediação bancária dos sistemas financeiros e um pequeno desenvolvimento do mercado de capitais interno. O sistema de pensões continuaria a ter um forte pendor público mas complementado com mecanismos de capitalização privada. A capacidade para a inovação será reduzida uma vez que os grandes operadores de capitais de risco não encontrariam fundamentos para as suas operações no território nacional.
No campo social, o Estado adopta uma posição protectora mas flexível, onde a flexibilização do trabalho é conseguida através do despedimento, da polivalência funcional e da gestão do tempo de trabalho. Continua a dominar o sistema de ensino básico e secundário, mas já num contexto

de maior escolha por parte das famílias. O sistema nacional de saúde incorpora alguns elementos de gestão privada para tentar obter uma maior racionalidade nos cuidados de saúde.

O Estado possui um comportamento ágil, onde a influência exercida pelas corporações é esbatida pelo desenvolvimento de formas de competição entre estas, e onde as influências dos interesses regionais são moderadas em virtude da manutenção da gestão dos incentivos ao investimento privado e do controlo da Administração Central sobre o investimento público. Os *lobbies* sectoriais exercem pressões moderadas face aos mecanismos estatais de protecção social face ao desemprego estrutural.

As relações internacionais são enquadradas na Europa com a França e a Espanha, onde são estabelecidas parcerias para a exploração das economias da África Ocidental e da América Latina, respectivamente.

Neste cenário, Portugal diversificaria a sua atractividade face a diferentes actividades tornando-se num paraíso de *outsourcing* industrial e de serviços a nível Europeu. A economia seria muito mais atractiva ao investimento directo estrangeiro e a sua característica de resistência aos choques económicos era melhorada. Assim:

- Turismo assume-se como o sector mais dinâmico e diversificar-se-ia em termos de oferta territorial e competitividade interna;
- O sector automóvel reforçaria a integração com a Espanha centrando-se nos componentes e com fraco papel das actividades de integração, com perdas substanciais de emprego nas actividades mais vulneráveis;
- O têxtil/vestuário/calçado veria substancialmente reduzida a sua dimensão industrial: sobreviveriam as empresas que assegurassem uma subcontratação de alta qualidade e as que criassem marcas e canais de distribuição no exterior, deslocalizando parte da produção para fora do país;
- Seria atraído um conjunto de projectos importantes na área da electrónica, sobretudo dirigidos às regiões de tradição industrial do centro e norte do País;
- Assistir-se-ia à atracção de um conjunto de actividades na área do lazer/entretenimento, desde parques temáticos a estúdios de cinema e áudio;
- Assistir-se ia a uma explosão de serviços às empresas para o mercado externo por via da *Internet*.